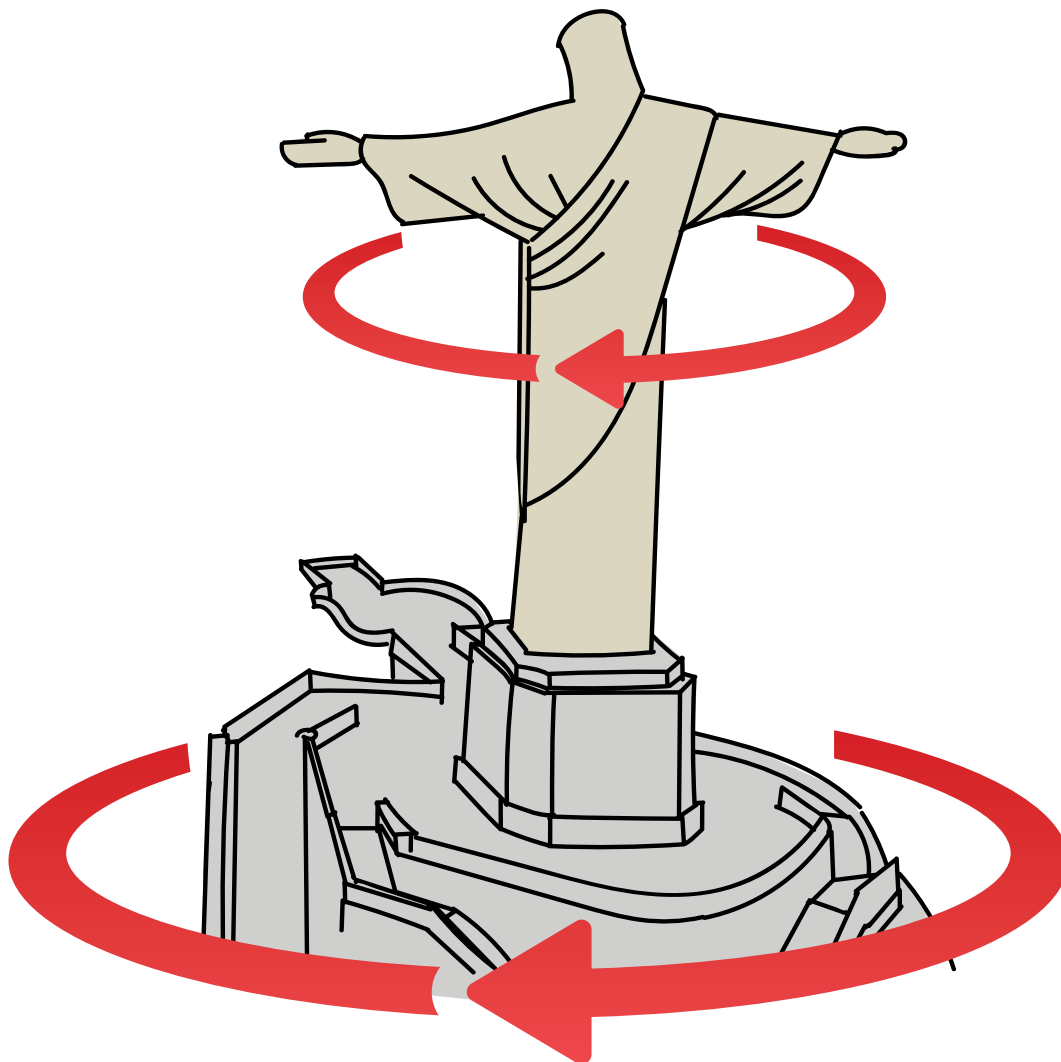


Rio 180 graus

José Luis Fevereiro, Alexandre Freitas, Luciana da Silva Ferreira, Bruno Sobral, Leandro Damaceno, Vinícius Boechat, Karine Vargas, Fabio Pontes e Nadine Borges discutem os determinantes econômicos, políticos, históricos, sociológicos e culturais da transformação do Rio de Janeiro de vanguarda política em bastião da extrema direita.



Resumo do trabalho de Aline de Souza Vicente, terceira colocada no Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado.

Rio 180 graus

O que aconteceu com o Rio de Janeiro vanguardista na política, da resistência à ditadura, de Brizola e das vitórias eleitorais de Lula e Dilma? Por que as camadas populares, em grande parte, votam em candidatos da extrema direita?

José Luis Fevereiro, do Instituto por Direitos e Igualdade, destaca que historicamente o Rio tem uma classe média progressista e uma periferia com menor organização social, ao contrário de São Paulo. A esquerda precisa construir força política nas periferias empobrecidas da capital e na Baixada, que concentram evangélicos e trabalhadores sem vínculo. Lula tem que romper com o neoliberalismo para retirar os trabalhadores da hegemonia do conservadorismo.

Alexandre Freitas, da UFRRJ, avalia que a ausência de um projeto de desenvolvimento econômico no estado possibilitou o casamento entre a milícia e o mercado, que criou currais eleitorais. O voto nessas regiões possui uma natureza social, econômica e política muito mais complexa do que o tradicional voto de cabresto.

Luciana Ferreira, da UFRRJ, faz um balanço histórico da evolução política e econômica do Rio. Políticas neoliberais adotadas no país a partir da década de 90 contribuíram para o esvaziamento econômico e pobreza no estado. A ausência do Estado criou condições para o fortalecimento das milícias e lideranças religiosas.

Bruno Sobral, da Rede Pró-Rio, e Leandro Damaceno e Vinícius Boechat, que trabalham no governo do estado, traçam um histórico dos problemas do estado desde a fusão ainda não consolidada até o Novo Regime de Recuperação Fiscal. Uma mudança de paradigma na política fluminense passa pelo fortalecimento da sua administração pública.

Karine Vargas, da Alerj, e Fabio Pontes, do Banco do Brasil, detalham a evolução da dívida, receita, resultado primário e investimentos do estado nas duas últimas décadas. O estado investiu com recurso de terceiros e sem sustentabilidade financeira, levando à crise fiscal em 2015 e à venda de patrimônio (Cedae).

Nadine Borges, da OAB/RJ, afirma que o que vimos no Rio é um alinhamento com o fascismo. Muitos dos eleitores que votaram em Castro são evangélicos e vivem em áreas com milícias. Esse domínio é agravaado pela política de amnésia forçada sobre a população. O voto não uma escolha às claras, mas sim um caminhar vendado para o cadafalso.

Leia também o resumo do trabalho de Aline Vicente, terceira colocada no 30º Prêmio de Monografia Celso Furtado.

Sumário

Rio 180 graus	
As eleições de 2022 e o Rio de Janeiro	3
<i>José Luis Fevereiro</i>	
Rio 180 graus	
A lógica liberal-miliciana como instrumento de dominação política no estado do Rio de Janeiro	5
<i>Alexandre Freitas</i>	
Rio 180 graus	
Rio de Janeiro: timoneiro ou passageiro de um navio chamado Brasil?	7
<i>Luciana da Silva Ferreira</i>	
Rio 180 graus	
Em busca de um planejamento estratégico para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro	9
<i>Bruno Sobral, Leandro Damaceno e Vinícius Boechat</i>	
Rio 180 graus	
Evolução do endividamento e a incapacidade de investimento no estado do Rio de Janeiro	11
<i>Karine Vargas e Fabio Pontes</i>	
Rio 180 graus	
A máquina de produção do comando de esquecimento	13
<i>Nadine Borges</i>	
Monografia	
Uma avaliação da relação entre o crescimento econômico e a desigualdade de renda para os estados brasileiros	15
<i>Aline de Souza Vicente</i>	
Economistas fluminenses elegem conselheiros para triênio 2023/2025	17
Balanço Patrimonial	17

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda.-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023/2025) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2022-2024) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023) Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2022-2024) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira, Antonio Jose Alves Junior.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

As eleições de 2022 e o Rio de Janeiro

José Luis Fevereiro*

■ Pela segunda vez seguida Bolsonaro vence as eleições no Rio de Janeiro. A mídia trata o Rio como reduto de Bolsonaro e com frequência se pergunta porque razão a esquerda, outrora hegemônica aqui, perdeu tanto espaço. As respostas são complexas e as premissas têm que ser questionadas.

Desde o período de hegemonia brizolista no estado do Rio, nunca uma força progressista venceu as eleições, seja na capital, seja no estado. A hegemonia na política local sempre esteve com a direita liberal e o centrão carioca. Nas eleições presidenciais, a vitória de Lula e Dilma de 2002 a 2014 refletia uma composição a nível local com essas forças, sendo que em geral com apoio de algumas denominações evangélicas. Na política local, o crescimento do PT nos anos 80 se deu sempre a partir da classe média progressista, com um mapa de votação na capital concentrado entre a Zona Sul e o Méier.

Já nos anos 2000, esse também é o mapa de crescimento do Psol, força política dominante na esquerda da capital, também partindo da classe média progressista. Os mapas eleitorais do Rio são o oposto de São Paulo, onde o PT desde o seu início tinha sua maior força nas periferias, e onde o Psol destes últimos anos vem crescendo também nas periferias.

Dois razões explicam esta singularidade. A periferia de São Paulo se constitui historicamente como um cinturão industrial, predominando o trabalho assalariado com parcelas expressivas de sua força de trabalho sindicalizadas, enquanto o Rio, sem o mesmo dinamismo industrial, com maior predominância de trabalho na área de serviços e na informalidade, formava sua periferia com menor tradição de organização

social. Por outro lado, as classes médias cariocas, majoritariamente assalariadas, têm muito peso do setor público, aliado a uma cultura mais liberal nos costumes, com características mais progressistas que a classe média paulista, mais ligada ao empreendedorismo e com menor peso do setor público.

Assim, temos historicamente no Rio uma classe média mais progressista e uma periferia com menor tradição de organização social, enquanto em São Paulo temos uma classe média mais conservadora e uma periferia com mais tradição de organização social. Nos anos 80 e início dos anos 90, a força dominante no Rio foi o PDT de Brizola, pela sua capacidade de interlocução direta com as periferias do Rio de Janeiro. Com a perda de influência do brizolismo, essas periferias passaram a votar majoritariamente com Lula, mas sem que isso significasse o fortalecimento do PT nestes territórios.

Do final dos anos 90 para cá, a parcela de evangélicos no eleitorado do Rio de Janeiro mais do que dobrou, e o terreno se tornou fértil para o crescimento de uma nova liderança carismática, desta vez conservadora. Bolsonaro ocupou esse espaço. As eleições de 2018 deram a Bolsonaro uma vitória avassaladora nas periferias do Rio de Janeiro, com índices superiores a 70% em algumas regiões. Este ano Bolsonaro volta a vencer, embora com resultados menores.

As eleições de 2022 mostram uma forte recuperação do voto da esquerda nas regiões Sul e Sudeste, razão pela qual Lula venceu as eleições, dado que no Nordeste os resultados foram quase iguais aos de 2018 (na verdade 0,3% a menos). Em Porto Alegre Lula venceu, em São Paulo capital Lula venceu, em Florianópolis Lula perdeu de muito pouca diferença, assim como em Belo Horizonte.

Embora a derrota no Rio (capital) tenha



ocorrido por pequena diferença, isso ocorreu pela vitória de Lula em toda a Zona Sul e boa parte da Zona Norte, majoritariamente de classe média. Lula só venceu em algumas áreas de favelas com forte presença de migração do Nordeste, perdendo por larga diferença na Zona Oeste, assim como em toda a Baixada Fluminense.

Não será possível para a esquerda reverter esta situação no Rio de Janeiro enquanto não conseguir construir força política nas periferias empobrecidas da capital e da Baixada. Essas regiões concentram a maior parte do eleitorado evangélico, são formadas por enormes contingentes de trabalhadores por conta própria, pequenos empreendedores, trabalhadores de aplicativos ou assalariados da área de serviços com pouca ou nenhuma tradição de organização laboral. Seus lugares de pertencimento social são estranhos à tradição da esquerda. Cerca de 70% dos evangélicos votaram em Bolsonaro, segundo as pesquisas. A enorme maioria não o fez por acreditar nos pastores extremistas que acusavam Lula de satanismo ou de pretender fechar as igrejas, mas porque esse foi o voto padrão do seu meio social.

Seu lugar no mundo é definido pela igreja, não pelo sindicato ou pela associação de moradores, ou qualquer outro espaço de sociabilidade onde a esquerda tenha participação. Domingo é o dia da Igreja. E a Igreja é muito mais que o culto, é o grupo de jovens onde seus filhos participam, é o lugar onde sua mulher participa do grupo de obreiras, onde ele é chamado ao púlpito para ler as escrituras, e onde, ao final de uma semana de trabalho, muitas vezes sujeito a assédio moral e subordinado a relações tóxicas com suas hierarquias superiores no trabalho, ele é chamado de irmão.

Desenvolver políticas públicas para os setores sociais que estão fora do vínculo empregatício, de forma que o Estado não seja visto apenas como o ente que controla, fiscaliza, pune e cobra impostos, mas também como garantidor de direitos, organizar em movimentos sociais os trabalhadores informais e os pequenos empreendedores, dar voz e visibilidade às lideranças evangélicas progressistas são



tarefas de médio para longo prazo capazes de retirar estes setores sociais da hegemonia do conservadorismo.

Por fim, é importante largar as ilusões com os atalhos e o curtoprazismo. Campanhas como a de Freixo aqui no Rio prestam um desserviço à esquerda. Se tem algo que devemos aprender com o bolsonarismo é que posições políticas devem ser defendidas de forma incisiva. Negar posições, tentar se confundir com o adversário para passar despercebido, desmoraliza quem assim age, não agrega voto e espalha a desconfiança. Bolsonaro se elegeu em 2018 com um programa claro, sem concessões programáticas ou simbólicas. Ia nos matar ou enviar para o exílio, ia reprimir as minorias, ia negar terras aos povos originários, ia desmatar a Amazônia, ia restringir direitos trabalhistas, ia subalternizar as mulheres. Colocou um general de Vice, arrastou o “centro” para o seu lado e venceu as eleições.

Lula tem uma tarefa pela frente, que é não permitir que o bolsonarismo se mantenha como alternativa viável de poder em 2026. Para isso é preciso romper de forma clara com o neoliberalismo, recuperar

o protagonismo do Estado, debelar a crise social e econômica, retirar parcelas das classes trabalhadoras da hegemonia do conservadorismo. É preciso também travar a guerra cultural e a luta por direitos civis. Defender de forma clara a igualdade racial, os direitos dos povos originários, a igualdade entre os sexos, os direitos LGBTQIA+. Enfrentar a violência policial contra as populações periféricas, mostrar a falência da guerra contra as drogas e propor outras abordagens, mudar os currículos das academias militares. A guerra contra a extrema direita é uma guerra total. É assim que eles a travam e assim é que a devemos travar. Sem meias tintas. Sem conciliação. Eles não conciliam.

** É economista do Instituto por Direitos e Igualdade.*



A lógica liberal-milicianiana como instrumento de dominação política no estado do Rio de Janeiro

Alexandre Freitas*

■ Os resultados da eleição deste ano no Rio de Janeiro chamaram a atenção de muitos. Particularmente a vitória no primeiro turno de Cláudio Castro surpreendeu muita gente. O que aconteceu com o Rio de Janeiro da resistência à ditadura, do apoio a redemocratização nas “Diretas Já”, dos governos de Brizola e Darcy Ribeiro? Como esta última derrota das forças progressistas do estado se encaixa nesta triste trajetória política recente do estado? Como entender o vazio político fluminense no campo progressista?

Este breve artigo não tem pretensões de responder a perguntas tão complexas. Mas buscará refletir sobre as peculiaridades da conjuntura política do estado, que por vezes se move em contradição com tendências nacionais, a partir de questões estruturais da economia fluminense. Das muitas causas que se poderia apontar, aqui analisaremos a contribuição econômica para esta tragédia.

Há muito que o estado do Rio de Janeiro (ERJ) não possui uma política de desenvolvimento regional capaz de lidar com as necessidades de uma economia complexa como a nossa. Particularmente após o governo Marcelo Alencar, todos os governos adotaram uma visão liberal da economia. Bastava criar um clima amigável aos negócios que o mercado se responsabilizaria pela economia fluminense. O que conseguimos com isso?

O resultado é uma economia que há muito experimenta uma trajetória de declínio produtivo, que se acelerou ainda mais nos últimos anos. As oportunidades de crescimento econômico foram se restringindo ano após ano, quando setores tradicionais foram encolhendo e atividades econômicas mais modernas migraram para outras regiões do país. Este processo promoveu uma grande desar-

ticulação da estrutura produtiva do estado, transformando o território fluminense num conjunto de enclaves econômicos completamente desarticulados entre si.

O que restou da estrutura produtiva no estado, com raríssimas exceções, se especializou em atividades econômicas de pouco valor agregado e de baixa produtividade. Terminam por gerar apenas empregos de baixa remuneração. São atividades sem qualquer compatibilidade com a ainda importante estrutura científica e tecnológica que o estado possui.

As únicas exceções são os setores ligados aos recursos naturais, que por questões geográficas acabam sendo obrigados a permanecer. A indústria extrativa representou 69% do total da indústria no estado, em 2019. Com grande destaque para o setor de Óleo e Gás. No entanto, os setores da indústria extrativa não possuem ramificações regionais extensas. Segundo estudo da assessoria fiscal da Alerj, apenas 25% da cadeia produtiva do Óleo e Gás está localizada no estado (ALERJ, 2020).

Nosso sistema produtivo regional é incapaz de promover o dinamismo de que a economia do ERJ necessita para sair desta crise. Ele não é capaz de transformar as vantagens comparativas de seu território em vantagens competitivas que promovam uma transformação estrutural na direção de atividades econômicas de maior valor adicionado.

O resultado é um crescimento econômico débil, insuficiente para promover um nível de emprego e renda que estimule um novo ciclo sustentável de desenvolvimento econômico. Alguns dados ilustram bem esta situação. Entre meados de 2014 a julho de 2022, o ERJ perdeu pouco mais de 490 mil empregos com carteira assinada. Não é surpresa que a renda média do estado tenha caído cerca de 9% entre o segundo trimestre de 2021 e o



segundo trimestre deste ano. Nível mais elevado que a média do país (-5,2%) e a maior queda entre os estados do Sudeste. A taxa de desemprego no segundo trimestre de 2022 se mantém acima da nacional (12,3% para o ERJ e 9,3% para o Brasil), um comportamento que se repete já há muitos anos.

Durante a pandemia, o ERJ tornou-se o estado com a pior concentração de renda do país, empatado com o Distrito Federal. Segundo estudo da FGV, a pobreza atinge 22% dos cidadãos fluminenses, sendo que na região de Duque de Caxias e Nova Iguaçu este índice chega a pouco mais de 30%. O ERJ possui uma região metropolitana empobrecida, com municípios que apresentam os piores índices de desenvolvimento humano da região Sudeste. Seu interior não se encontra em situação melhor.

Este longo declínio econômico criou um vazio de oportunidades que alimentou outro problema do estado: o crime organizado. Com poucas oportunidades econômicas, a população ficou a mercê de uma economia do crime que hoje se dissemina por todo ERJ. Em poucos anos a milícia passou a controlar regiões não apenas na capital e

Baixada Fluminense, como também da Região dos Lagos e Costa Verde.

Conforme afirma o Professor José Alves Claudio, da UFRRJ, o domínio político da milícia em um território transforma suas relações econômico-sociais. “Os trabalhadores milicianos no chão da rua ganham seu salário e sustentam suas famílias, os indicados para empresas terceirizadas das prefeituras e governo do estado por vereadores e deputados milicianos alcançam estabilidade, os que compram terrenos e imóveis se livram do aluguel e alcançam um novo patamar na qualidade de vida, todos os usuários dos serviços milicianos usufruem do universo de consumo e garantias próprias desses mercados”. Ou seja, muito mais do que o tradicional voto de cabresto baseado na simples coerção, o voto em regiões controladas pela milícia possui uma natureza social, econômica e política muito mais complexa.

A estratégia do atual governador de utilizar-se de recursos da privatização da Cedae para atrair praticamente todos os prefeitos do estado com promessas de investimentos e obras, junto com o escandaloso uso do Ceperj para empregar aliados políticos duran-

te a eleição, é apenas o mais recente capítulo desta lógica liberal-miliciano que domina o estado do Rio de Janeiro.

Foi a ausência de um projeto de desenvolvimento econômico que possibilitou o casamento, bem-sucedido até o momento, entre a milícia e o mercado. Esta união, hoje abençoada por setores do próprio estado, criou verdadeiros currais eleitorais onde os adversários não conseguem entrar. Enfrentar este enorme desafio será tarefa árdua para as forças progressistas fluminenses.

Referências

- Assessoria Técnica Alerj (2020). O potencial representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e implicações para o desenvolvimento regional. Nota Técnica, 01. IBGE (2022). PNAD Contínua.*
- José Claudio de Souza Alves (2022). As milícias e a vitória de Claudio Castro ao governo. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/as-milicias-e-a-vitoria-de-claudio-castro-ao-governo-do-rio-de-janeiro>*
- Marcelo Neri (2022). Mapa da nova pobreza. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>*

* É professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ e coordenador do Ceemar/UFRRJ.



Rio de Janeiro: timoneiro ou passageiro de um navio chamado Brasil?

Luciana da Silva Ferreira*

■ O Rio de Janeiro sempre cumpriu papel de destaque no cenário econômico, político, social e cultural do Brasil. Chama a atenção que esse protagonismo refletiu os eventos econômicos e a condução da política observados em todo o país nas últimas décadas. Se num passado recente destacavam-se grandes políticos, estadistas e pensadores do Brasil que encontravam espaço no estado, atualmente o Rio continua a ser protagonista na cena política e econômica, mas com personagens distintos daqueles de ontem. Trata-se de um Rio de Janeiro dicotômico, que já elegeu Brizola governador duas vezes, foi campo de lutas e movimentos por redemocratização e atualmente lança lideranças políticas no Congresso e no Executivo, como os últimos presidentes da Câmara e o próprio presidente da República, que se elegeram pelo Estado. O Rio continua timoneiro, mas a maré mudou...

Ao final do século XVIII, o Brasil Colônia assistiu à transferência da capital do país de Salvador para o Rio de Janeiro. Poucas décadas depois, a Família Real Portuguesa chegaria ao Rio de Janeiro, sendo a cidade então declarada a capital do Império. A abertura dos portos e a própria presença da Família Real e sua comitiva no Rio de Janeiro promoveram mudanças significativas, principalmente políticas, econômicas e culturais. Vários edifícios e espaços públicos que foram construídos na época vigoram ainda hoje como símbolos de um Rio capital do Império. Esse fato relevante tornou a cidade centro dos holofotes do país e local de onde ecoavam as principais decisões políticas e econômicas (a própria decisão política

de proclamação de independência do Brasil, em 1822, foi discutida no Rio de Janeiro sob a liderança de Dona Leopoldina enquanto D. Pedro estava em viagem a São Paulo).

Após a Proclamação da República, já no final do século XIX, o Rio de Janeiro se manteve como a capital do país e passou a enfrentar problemas relativos à densidade demográfica, desemprego e subemprego de seus habitantes, que se dividiam nos trabalhos nos portos, comércios e serviços. Assim sendo, na primeira metade do século XX, o Rio de Janeiro assistiu ao crescimento do comércio e à divisão da população: as classes mais ricas passavam a ocupar os bairros da Zona Sul e a classe trabalhadora ocupava os morros e os subúrbios cariocas. Na cultura, essa dicotomia era romantizada e exportada para o resto do país e para o exterior: se por um lado a Bossa Nova cantava a beleza das cariocas, as praias e o Cristo Redentor, por outro, o Samba era a manifestação cultural dos morros da cidade.

A importância do comércio e dos serviços não impediu, porém, o processo de industrialização da capital, mesmo que incipiente, a partir da década de trinta e mesmo que com ritmo mais lento que São Paulo a partir deste período. O Rio de Janeiro passou a hospedar importantes indústrias na área de metalurgia, siderurgia, petróleo e construção civil, destacando-se a atuação do Estado nestas ações. Aliás, neste caso, vale lembrar que todo o estado é beneficiado, muitas vezes com cidades no entorno da capital tornando-se sede também dessas indústrias.

O Rio se beneficiou em grande medida por ser a capital do Brasil até o início da década de 1960, quando da transferência da





Capital Federal para Brasília. O desmontamento de São Paulo no processo de industrialização e seu distanciamento em termos tecnológicos, plantas industriais etc. do Rio de Janeiro fez esse último assistir à relativização de sua importância política e econômica ao mesmo tempo que assistia, pelas janelas do Catete, a comitiva presidencial partir para o centro do país... Para alguns, o papel ainda exercido pelo Rio seria fruto da importância autônoma da região para o resto do país; para outros, resquícios de uma cidade que se beneficiou política e economicamente por ter sido a capital do Brasil por quase duzentos anos.

Pois bem, cabe-nos uma reflexão: até quando podemos creditar à maldição de ser ex-capital federal (parafrazeando a “maldição dos recursos naturais”) todo o declínio do Rio de Janeiro? Nos últimos anos, o estado vem enfrentando uma grave crise econômico-financeira; os setores industriais têm perdido importância relativa (o que é agravado quando desconsideramos o setor de petróleo e gás); crescimento da violência, do empobrecimento de sua população, baixo crescimento econômico, desemprego e etc. Isso não é consequência estrita das políticas adotadas pelos últimos governos do Estado, mas resul-

tado do pensamento neoliberal adotado no modo de pensar a economia no país nas últimas décadas e refletido aqui. Podemos lembrar, por exemplo, que na primeira vez que Brizola foi eleito governador, tentou implantar políticas públicas na área da saúde e educação, tornando forte e simbólica a presença do Estado. Em seu segundo governo, porém, já vigoravam políticas neoliberais adotadas no Brasil, com a ideia de Estado mínimo. Ainda assim, muitos políticos de destaque no Rio e no país se elegeram colando suas imagens à de Brizola.

O processo de redemocratização no país teve seu ápice na promulgação da Constituição Federal. Contudo, a ideia de um Estado desenvolvimentista foi fortemente esvaziada já no início da década de noventa. Assim, o Rio de Janeiro seguiu a tendência de outras regiões do país, que perseguem a política do Estado dona de casa, cuja ausência de protagonismo no papel do desenvolvimento faz surgir algumas aberrações. O país não tem um projeto de desenvolvimento econômico, de política industrial, de retomada do crescimento, de aumento do emprego com ganhos salariais. O Estado brasileiro apresentou nos últimos anos, no campo da política econômica, ape-

nas leis e políticas de austeridade fiscal, contenção de gastos, como se isso fosse a principal finalidade do Estado.

Dessa forma, numa região como o Rio de Janeiro, que apresenta grave dicotomia de renda e de acesso a serviços e a bens de consumo, a ausência do Estado em certos locais (e principalmente, a defesa de que essa ausência é necessária por uma questão puramente fiscalista, capaz de criar um ambiente favorável de tomada de decisões dos agentes privados) permite o surgimento de grupos paralelos de poder e de uso da violência, que passam a dominar não apenas pelo poder econômico, mas também político. Aliás, a ausência do Estado, a deturpação de seu papel na economia e a pejoração do burocrata político (necessário quando pensamos que política é negociação de forças) faz surgir, dentre os mais pobres, espaços, instituições e personagens que passam a lhe dar voz e ouvidos.

É na ausência do Estado promotor do desenvolvimento econômico, da saúde, educação e emprego que ganha importância, por exemplo, o papel de algumas igrejas e lideranças religiosas: onde as pessoas que são invisíveis ao Estado podem ser enxergadas, que não no púlpito ou no banco das igrejas? Por que não confiar na pessoa do líder religioso ou de quem ele indica como exemplo de pessoa não corrompida pelo sistema? Assim, passamos a assistir, no Rio de Janeiro em particular e no Brasil de um modo geral, salvo algumas exceções, a pessoas sem nenhum histórico de engajamento na vida política do país desmontarem nos cargos políticos. O debate deixa de ser político e passa a ser ideológico-moral-religioso. A fórmula é quase certa: quanto mais se esvazia o debate em torno do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, da distribuição de renda e do emprego, mais se conclama Deus e seus “escolhidos” para livrar-nos do mal que a própria ausência do Estado nos faz.

** É mestre em Economia pela UFF, doutora em Economia pelo IE/UFRJ, professora associada do ICSA/UFRJ e coordenadora do Observatório de Política Macroeconômica da UFRJ.*

Em busca de um planejamento estratégico para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro

Bruno Sobral*

Leandro Damaceno**

Vinícius Boechat***

■ O estado do Rio de Janeiro é marcado por uma história de baixa coesão política, social, econômica e administrativa entre a cidade do Rio e o seu interior. Reflexo disso está na sua dificuldade de sustentar estrategicamente seu protagonismo no cenário nacional. A passividade na qual o estado do Rio de Janeiro se associou ao novo federalismo financeiramente hierarquizado é muito menos em função de aspectos ideológicos ou da habilidade de credores oficiais para a imposição de reiteradas reformas administrativas aos entes subnacionais, mas sim de uma incapacidade histórica da sociedade e das instituições fluminenses em articular seus interesses.

Em particular, o cerne do problema está na falta de consolidação de um arranjo institucional da administração pública direcionado ao planejamento, ao desenvolvimento e a integração regional. Dito em outras palavras, há uma longa crise institucional não obstante projetos de modernização da gestão nas últimas décadas. A administração pública fluminense é ainda um processo mal acabado de fusão de dois sistemas político-administrativos que se iniciou há menos de 50 anos. Já no início de 2003, um diagnóstico sobre a situação das administrações públicas publicado pelo Governo Federal (Pesquisa Pnag) indicou que o Rio de Janeiro possuía os maiores déficits em suas capacidades de planejamento e gestão entre os governos estaduais. Por que um dos principais polos econômico e político nacional, e aquele que mais expressa a imagem do Brasil no cenário internacional, se encontrava nessa situação?

Voltando no tempo, o governo Faria Lima (1975-1978) estabeleceu os primeiros instru-

mentos voltados para o planejamento e o desenvolvimento estadual pós-fusão. Criou uma estrutura técnica de qualidade e que colocou corretamente como prioridade concretizar a fusão, mas que guardava fragilidades pela falta de anteparos democráticos. Em particular, sua aspiração tecnocrática que acreditava que poderia se fortalecer com a imagem de gestão técnica e, logo, apolítica. Como resultado executa a sobreposição de um sistema organizacional à estrutura anterior, gerando uma dualidade disfuncional. Inversamente, no período seguinte, que se inicia em 1979 com Chagas Freitas, há o progressivo dismantelamento desse sistema, visando a tirar autonomia técnica e subordiná-lo a barganha política. Na lógica do “chaguismo”, retomou-se uma estrutura e prática clientelista.

Mesmo governos progressistas como o de Brizola, que se opunham ao perfil tecnocrático de Faria Lima e ao clientelismo do chaguismo, na prática não conseguiram reverter o enfraquecimento do arranjo institucional e aumentaram sua subordinação à barganha política. Inclusive um tom mais personalista é enfatizado, no lugar de um sistema de planejamento central e coordenação e avaliação descentralizado, a ponto de o sistema de dados e informação associado perder status e instâncias colegiadas serem substituídas por assessorias de gabinete. A ideia de planejamento participativo ganhou força, mas junto à criação de órgãos extraordinários/secretarias especiais. Enquanto corpos paralelos, ações sociais mais estratégicas ficaram vulneráveis diante da baixa institucionalização de processos.

O período seguinte, que se inicia com governo Marcello Alencar em 1995, consolida a perda de força do planejamento público central e as respostas dadas pelo estado passaram a ocorrer cada vez mais por meio da profusão de estruturas e fragmentação de di-



Bruno Sobral



Leandro Damaceno



Vinícius Boechat

versas políticas setoriais. Ademais, a agenda fiscal ganha hegemonia, e, tendo por pressuposto evitar maior “rombo” financeiro, ocorreu a implementação de um célere e profundo programa de privatização do patrimônio público estadual. Posteriormente, com a ascensão do governo Sérgio Cabral em 2007, soma-se a ideia de “choque de gestão” que, por trás de um discurso gerencialista e contratação indiscriminada de consultorias, promoveu a visão neoliberal de “venda” da região globalmente como grande polo de negócios.

Se antes o cerne do problema era o pouco apreço ao fortalecimento de institucionalidades, agora se soma o ônus de administrar altos passivos jurídico-administrativos junto à adoção acrítica de reformas administrativas promovidas por diversas instituições financeiras internacionais como “melhores práticas” governamentais. E mais, não é exagero afirmar que governos estaduais vão progressivamente se tornando reféns de uma ação disciplinadora do governo federal, retirando graus de autonomia federativa muito além do que se poderia esperar após o fim do regime militar.

Pressionado pelo “estado de calamidade pública” no âmbito das finanças públicas decretado em 2016 e tendo o funcionamento da máquina pública inviabilizado por sucessivos arrestos e bloqueio de contas executadas pelo Governo Federal, o então governador Luiz Fernando Pezão aderiu à Lei Complementar Federal nº 159/2017, comumente chamada de Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que impôs medidas de ajuste consideradas necessárias para o saneamento das contas e a retomada gradativa da capacidade de pagamento das dívidas que tinham a União como garantidora.

O processo de adesão do ERJ ao RRF em 2017 não foi fruto de planejamento, mas, dentre outros fatores, da falta dele. A ausência de um diagnóstico adequado da realidade da economia fluminense – seja em seu aspecto estrutural, como também conjuntural; as tomadas de decisão estratégicas na alocação de recursos desconsiderando os impactos futuros nas finanças públicas e os efeitos sobre a cadeia produtiva e o bem-estar da população fluminense; e a limitação instrumen-

tal dos entes subnacionais em gerar receitas próprias colaboraram para o quadro caótico que levou o Rio de Janeiro a se submeter a um conjunto de regras de restrição fiscal.

Passados os três primeiros anos da primeira adesão, o estado do Rio de Janeiro se viu obrigado a ingressar numa segunda versão do RRF, atualizado pela Lei Complementar Federal nº 178/2021, também conhecido como Novo Regime de Recuperação Fiscal (NRRF), visto a ausência de condições financeiras do ente subnacional de arcar com o estoque acumulado das dívidas com a União.

Como diferença fundamental em relação ao primeiro Plano, o estado apresentou um extenso diagnóstico da situação fiscal do Rio de Janeiro, em que deixa claro que o problema econômico e, conseqüentemente, arrecadatário continuou potencialmente mesmo com o estado tendo aderido à primeira versão do RRF. Isso teria tornado evidente a dificuldade de se lidar com uma economia carente de maior redinamização e transformação estrutural positiva se nenhuma ação indutora do gasto público fosse impulsionada de forma mais efetiva.

Para o estado, uma solução rigorosa que passe pela sua recuperação fiscal envolve combiná-la com ações que fortaleçam as funções da administração estadual, somadas às políticas de emprego e da renda sob um território produtivo. O Novo Plano, homologado em meados de 2022, traz novos elementos fundamentais para a discussão das finanças estaduais, em especial a importância do investimento público como propulsor do desenvolvimento a partir do fortalecimento das instâncias governamentais de planejamento público.

Nesse sentido, a criação recente de uma Subsecretaria de Planejamento Estratégico na Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag é mais um esforço¹ e pode ser vista como uma oportunidade de consolidação de uma política pública de planejamento e desenvolvimento regional que apresentou uma trajetória errática desde a fusão em 1975. Com um claro direcionamento em produzir um planejamento estratégico para o estado que tenha como desafio um desenvolvimento regional inclusivo e de base social, econômica, ambiental e inovativa, pretende-se re-

tomar a função de planejamento público de longo prazo que aponte missões possíveis, baseadas em diagnósticos calcados em evidências quantitativas e qualitativas.

Portanto, uma mudança de paradigma na política fluminense passa justamente pelo fortalecimento da sua administração pública, possibilitando a criação de novos marcos institucionais capazes de estabelecer um novo caminho virtuoso. Não se vislumbra outras possibilidades que não perpassem necessariamente pela efetivação de novas formas de governança capazes de garantir um sistema de planejamento integrado e territorializado, cujos objetivos ser um novo protagonismo nacional e consolidar definitivamente a fusão.

Portanto, cabe indagar até que ponto as forças progressistas atuantes na região são capazes de demonstrar que priorizam esse debate. Em especial, o quanto buscam se projetar com um claro projeto de Estado que articule federativamente os interesses estaduais e oriente o fortalecimento de institucionalidades. O desafio de se mobilizar para dar efetividade a um plano de recuperação fiscal de cunho desenvolvimentista e associado a um planejamento estratégico é um bom ponto de partida.

** É professor na Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj, coordenador executivo da Rede Pró-Rio e doutor em desenvolvimento econômico pelo IE/Unicamp.*

*** É especialista em políticas públicas e gestão governamental do estado do Rio de Janeiro e mestre em políticas públicas, estratégia e desenvolvimento pelo IE/UFRJ.*

**** Foi auditor de finanças e controle do estado de Alagoas (2002-2010) e é especialista em políticas públicas e gestão governamental do estado do Rio de Janeiro e doutor em políticas públicas, estratégia e desenvolvimento pelo IE/UFRJ.*

1 Em paralelo, a Alerj aprovou emenda constitucional que institucionaliza a realização de plano estratégico com periodicidade de 8 anos.



Evolução do endividamento e a incapacidade de investimento no estado do Rio de Janeiro

Karine Vargas*
Fabio Pontes**

■ O processo de redemocratização no país, iniciado na década de 1980, buscou remodelar a estrutura econômica e social do país. A Constituição Federal de 1988 construiu arcabouços institucionais nas diversas esferas e áreas de atuação, tanto da União, quanto dos entes federativos. Um dos temas normatizados pela lei maior é o orçamento público.

Com o avanço da economia neoliberal na década de 1990, as políticas de austeridade fiscal ganharam força nas finanças públicas, e neste âmbito é criada a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, que estabelece medidas de controle às contas.

No entanto, um ponto parece passar ao largo de tais limites: o endividamento. Vale lembrar que a Lei n.º 9.496, de 11 de setembro de 1997, nacionalizou e refinanciou as dívidas dos entes subnacionais, e, embora a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleça o limite ao endividamento público, tal mecanismo não foi suficiente para manter o controle da dívida.

No caso do Rio de Janeiro, segundo maior PIB estadual (R\$780 bi, segundo o Portal do IBGE), com grande potencial de geração de riqueza, o estado passou por diversos ciclos de expansão e estagnação econômica ao longo do tempo. A partir de 2007 passou por bonanças nas suas finanças públicas, com crescimento da arrecadação do ICMS e dos *royalties* de petróleo, o que propiciou aumento em despesas de caráter continuado, como reestruturação do quadro de pessoal concursado e do reajuste dos salários defasados. No entanto, esse ciclo se encerrou a partir do segundo semestre de 2014, quando passou a vivenciar desequilíbrio das suas contas públicas, com queda da receita, não suportando o aumento contínuo da despesa. A redução de ICMS e *royalties* de petróleo e gás natural foram fatores importantes para a

queda da receita estadual em função da retração do aumento da oferta de petróleo mundial, da queda do preço do barril de petróleo, do enfraquecimento da Petrobrás em função dos escândalos de corrupção, além da desaceleração da economia fluminense decorrente da crise na economia nacional.

No histórico da arrecadação total do estado do Rio de Janeiro, o ano de 2010 foi o ápice da elevação da receita estadual, chegando a 19,8% comparado ao ano anterior, em valores nominais. Em um olhar mais detalhado, o estado do Rio de Janeiro utilizou-se de uma estratégia de “ilusão fiscal” na medida em que, ao longo do tempo, captou recursos com agências financeiras nacionais e internacionais para financiar investimentos voltados principalmente para a área da infraestrutura, visando, principalmente, aos megaeventos esportivos, como a Linha 4 do Metrô, o Complexo do Maracanã e o Arco Metropolitano, por exemplo.

No médio e longo prazo, tal estratégia se mostrou insustentável, pois os indexadores dos contratos, sobretudo os fixados em dólar, permitiram uma grande evolução no saldo devedor estadual. O estoque da dívida pública em dezembro de 2021, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, era de R\$ 184,1 bilhões, dos quais R\$ 163,3 bilhões referem-se à dívida interna e R\$ 16,2 bilhões à dívida externa e mobiliária.

No gráfico 1 é possível observar que, no ano da publicação da LRF, a razão era de 235%. Para se adequar ao limite estabelecido de 200%, o ERJ reduziu bruscamente suas dívidas em apenas um exercício, chegando a 190% em 2005. Observe-se que, apesar do crescimento da dívida consolidada líquida do estado do Rio de Janeiro, sua relação com a receita corrente líquida apresentou trajetória decrescente a partir de 2005 até 2011, período que inclui a fase de grande aumento de arrecadação, com a RCL cres-



Karine Vargas

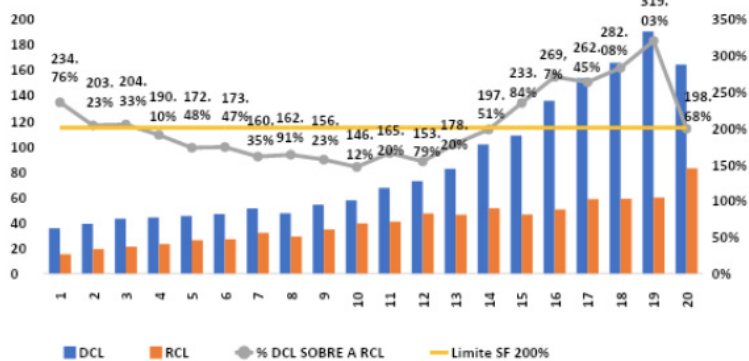


Fabio Pontes

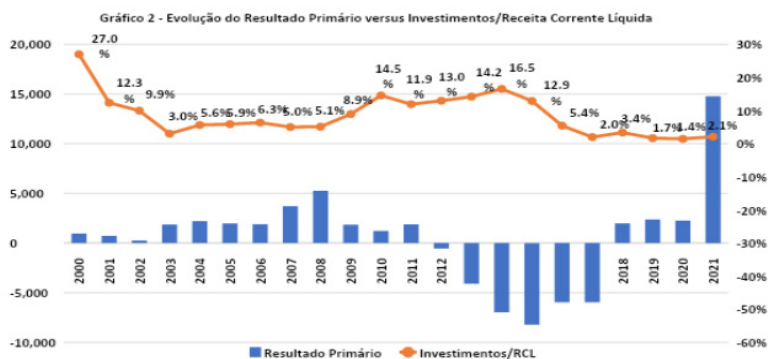
cendo mais que proporcionalmente à DCL, chegando ao patamar de 146%.

Pode-se verificar que em 2012 ocorreu rompimento na trajetória da queda, período em que o ERJ se configurou com crescimento contínuo do endividamento. Tal cenário é resultado do aumento da receita abaixo da atualização dos saldos devedores, que, conforme cláusulas específicas, são corrigidos por índices tais como: TR, IGP-M, IGP-DI, TJLP, Selic e pela variação cambial do dólar. Destaque-se nesse resultado o aumento do IGP-DI, indicador responsável pela correção dos dois maiores contratos, quais sejam: (i) Contrato de As-

Gráfico 1 - Evolução da Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (2002 a 2021)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre/Sefaz-RJ



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre/Sefaz-RJ

sunção de Dívidas do Berj; e (II) Contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.498/97. Tomando por base os dados referendados no Relatório do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, a dívida consolidada líquida teve um aumento de 23,30% em 2015 em relação ao exercício anterior, atingindo o montante de R\$101,1 bilhões em valores nominais. Ao final deste mesmo exercício, o montante da DCL representava 198% da RCL, o que, embora respeite o limite de 200% estabelecido pela LRF, representa um aumento de 13,74% em relação ao exercício anterior, indicando uma tendência de crescimento. No período de 2016 a 2020, o estado do Rio de Janeiro ultrapassou o limite de 200% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, chegando em 2020 a 319% (R\$ 189 bilhões) da Receita Corrente Líquida. A desvalorização do real no mercado internacional e da política

de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, entendida como um mecanismo para reenquadramento aos limites legais, foram fatores importantes para o crescimento exponencial da dívida pública por meio do processo de retroalimentação baseado nos juros e encargos contratuais, o que permitiu aumento do desequilíbrio fiscal. A redução da dívida, quando da comparação com o saldo de dezembro de 2020 e dezembro de 2021, deu-se fundamentalmente em razão da aplicação de decisão do STF nos autos da ACO 3.457, que trata de alterações no principal contrato de refinanciamento do estado (Lei Federal nº 9.496/97), ocasionando queda no saldo de aproximadamente R\$ 16 bilhões.

Uma análise detalhada do resultado primário das duas últimas décadas possibilita constatar que o ERJ vem apresentando crescimento da dependência de recursos de ter-

ceiros para a cobertura de suas despesas, conforme pode ser observado no gráfico 2.

O resultado primário reflete o saldo entre as receitas e as despesas de caráter não financeiro, o seu cálculo é realizado pelo regime de competência. São consideradas as receitas primárias, como o total da receita orçamentária deduzidas as receitas financeiras (em sua maior parte, operações de crédito) e aquelas relativas de superávit financeiro. As despesas primárias são consideradas como despesa orçamentária deduzida dos juros e amortizações da dívida interna e externa.

Este indicador permite avaliar a capacidade de que o ERJ tem de gerar receitas em volume suficiente para pagar suas contas de despesas correntes e investimentos, não comprometendo a administração da dívida existente.

Em 2018, contrariando o observado nos 6 (seis) exercícios anteriores, o resultado primário alcançado foi positivo. No entanto, o resultado positivo foi influenciado pelos efeitos da postergação do pagamento dos serviços da dívida proporcionados pelo Regime de Recuperação Fiscal e pela liminar concedida pelo STF no bojo da ACO 3.457.

Por fim, a trajetória que o estado do Rio de Janeiro tomou em relação a seus investimentos é questionável, uma vez que, mesmo ocorrendo aumento da Receita Corrente Líquida ao longo dos anos, houve cada vez contratação de crédito no mercado para financiar programas como a reforma do Maracanã, a aquisição de novas composições de trens, novas embarcações, a ampliação da linha 1 e construção da linha 4 do metrô, além do Arco Metropolitano e programas inerentes ao PAC. O reflexo de tal ritmo são os resultados negativos apresentados pelo Resultado Primário. Isto significa que o estado do Rio de Janeiro investiu com recurso de terceiros e sem sustentabilidade financeira, levando à crise fiscal em 2015 e à venda do seu patrimônio, a Cedae.

* É economista, doutoranda em Políticas Públicas pela Uerj, mestra em Políticas Públicas pela UFRRJ, pesquisadora visitante no Ipea e especialista em Finanças Públicas na Alerj.

** É economista pelo IE/UFRRJ e servidor de carreira do Banco do Brasil.

A máquina de produção do comando de esquecimento

Nadine Borges*

■ O Rio de Janeiro possui uma arqueologia peculiar, que ano a ano se esmera em recolher escombros das destruições recentes que abalaram sistematicamente o exercício da democracia. Não são poucos os grupos com atuação burocrática estatal que atuam de maneira contrária à elucidação da verdade e à transparência do agir público. Estes grupos investiram, nas últimas décadas, no soterramento absoluto da nossa memória, nos retirando inclusive o direito de lembrar das inúmeras violações de direitos humanos cometidas pelo estado do Rio de Janeiro.

Desde pelo menos 2014, com as eleições do Poder Executivo daquele ano, vivenciamos diariamente uma conjuntura desfavorável aos defensores de direitos humanos e aos defensores da democracia. O cenário que nos cerca, em especial no Rio de Janeiro, corrobora com as piores expectativas. Um bom exemplo disso são as rotineiras saídas algemadas dos últimos governadores ocupantes do Palácio Guanabara.

Na medida em que os retrocessos se intensificam, as condições para uma análise crítica e analítica diante da ascensão da ultradireita se tornaram um desafio que ameaça a nossa existência. Alguns insurgentes são afastados e até exterminados fisicamente, como aconteceu com a vereadora Marielle Franco. Seu cruel e bárbaro assassinato em 14 de março de 2018 foi o crime mais revelador deste movimento em nosso estado. A repercussão e a mobilização após a ação de extermínio de uma voz política que clamava por tornar a violência atual e pregressa conhecida, para não vê-la repetida, acirrou as disputas sobre a verdade do passado e do presente.

Os princípios éticos do desenvolvimento são reeditados sobre escombros dian-

te de um Estado genocida. Objetiva-se olhar para um futuro sem passado, ausente do tempo presente, inspirado pelo odor fétido das mãos ensanguentadas em nome da ordem e do progresso e indiferentes ao pranto e à dor de milhões que não têm voz nem lugar para existir.

É por isso que a promoção do direito à memória e à verdade é um elemento essencial e central para a construção e permanência de regimes democráticos. Sem isso, a democracia se esvai.

A expansão exponencial da milícia, com seu poder perpendicular que atravessa toda a estrutura do Estado, amparada em violências inamovíveis, é uma linha desse movimento. Diante dos rumos tomados no Rio de Janeiro, é necessária uma postura de enfrentamento da nossa parte para aprofundar e fortalecer a memória. O enfraquecimento da memória conduz, ao contrário do que apregoam os liberais a favor da tortura, a uma anestesia coletiva e absoluta anuência com a ingerência estatal autoritária sobre as dinâmicas da vida social. O esquecimento aqui se entende como similar à morte. A morte esquecida de um é a morte coletiva de um país.

No caso do Rio de Janeiro, as camadas populares, em grande parte, votaram pela reeleição do atual governador, conferindo uma vitória em 1º turno. Muitos desses eleitores são evangélicos e vivem em territórios dominados pelas milícias, ou seja, estão sob o domínio do que podemos chamar de intensificação do terrorismo de Estado no Brasil. Esse domínio é agravado pela política de obliteração e amnésia forçada sobre a população desde o fim da ditadura empresarial-militar.

Atualmente, o alvo preferencial se ampliou demograficamente, tornando a política de genocídio contra a população pobre



e negra mais alastrada. A maioria é considerada dispensável, assim como seus corpos e suas histórias. É a população que compõe o laboratório de atrocidades diariamente aprimoradas pelo Estado: os pobres, os negros, os moradores de favelas e periferias. Sempre os mesmos são alvo de extermínio violento em nome de uma suposta repressão à violência. Perpetrada de maneira aguda ou amenizada, mas de maneira constante, por todos os governos do estado do Rio de Janeiro pelo menos na última década. Essa política de extermínio do Estado vem ganhando faces mais graves e cruéis, tornando-se mais inequívoca desde as eleições de 2018, tanto para o Executivo, quanto para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Os números de execuções sumárias perpetradas por agentes do Estado no Rio de Janeiro crescem na mesma medida em que avançou politicamente a extrema-direita no país nos últimos quatro anos, advinda de pleitos qualificados como democráticos, com plataformas de governo nostálgicas das técnicas de repressão militar em todos os níveis da administração pública. Para entender esse voto no Rio de Janeiro, é necessário identificar o contexto nublado caracterizado pela falta contumaz de descortinamento do

passado. Dessa forma, o voto de quem vive nas áreas dominadas pelas milícias configura-se não como uma escolha às claras, mas como um caminhar vendado para o cadafalso, a que as pessoas são forçadas aparentemente com liberdade.

Esse esfacelamento não é um produto exclusivo de práticas estritamente governamentais: pelo contrário, a atuação das milícias estampa esse estado ditatorial como princípio ético orientador das suas condutas.

A máquina de produção da amnésia em troca da sobrevivência produz uma existência que é pouco mais que quase morte. É nesse lugar que o comando de esquecimento se faz presente, já que há uma busca contínua, por parte de setores

significativos do estado do Rio de Janeiro, por produzir um apagamento completo da memória das vítimas das chacinas, das milícias e das execuções de crianças em operações policiais.

Apesar da recente vitória eleitoral nas urnas em nível nacional de um projeto que não se identifica com a ultradireita, o que vimos no Rio de Janeiro é um alinhamento com o fascismo (as coisas devem ser chamadas pelos nomes que têm). Apesar de um lento processo de construção e consolidação de instituições democráticas, continuaremos enfrentando um quadro de profundas violências estatais, como as rotineiras chacinas que marcaram a história do Rio de Janeiro na primeira metade dos anos 1990: Candelária (23

de julho de 1993 – 8 jovens assassinados enquanto dormiam no centro do Rio de Janeiro), Vigário Geral (29 de agosto de 1993 – 21 moradores executados em suas casas por um grupo de extermínio no Rio de Janeiro).

Os governantes do Rio de Janeiro acolhem a milícia, acolhem o jogo do bicho, acolhem a contravenção e não se dispõem a atacar a desigualdade, o racismo, o patriarcado. Isso talvez nos ajude a explicar a sedimentação do caminho para extremistas continuarem ditando as regras do Palácio Guanabara.

Recuperar a humanidade de uma população privada de sua memória e da verdade, sem deixar ser absorvido pelo medo, pode nos dar pistas do porquê muitos eleitores da ultradireita são justamente os evangélicos e os mais pobres. Vivemos em um território de disputa, com um cenário estancado de crise de representação política. A sociedade deveria poder a qualquer tempo questionar a atuação e as responsabilidades do Estado. Nesse Estado, isso não é possível. Questionar a ordem em áreas dominadas pela milícia significa ser recebido com fuzil, caveirão na porta e sair com o corpo ainda quente embrulhado em um saco de lixo ou em um lençol ensanguentado.

Trazer à tona o passado do atual presente nos permite enfrentar olhares avessos de consenso sobre a atuação dos governos do Rio de Janeiro em um período mais recente. Cabe a nós não esquecer essas vítimas, mas, sobretudo cabe a nós não perdoar, sob pena de não garantirmos regimes constitucionais e não conseguirmos evitar a repetição de regimes de exceção.

** É conselheira da OAB/RJ, vice-presidente da sua Comissão de Direitos Humanos, diretora do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro, advogada, doutora em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense e sócia do escritório A & B Advocacia e Consultoria. nadineborges@gmail.com*



O JE continua a publicação de resumos dos textos vencedores do 30º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Aline de Souza Vicente, graduada pela UFRRJ, obteve o terceiro lugar no certame.

Uma avaliação da relação entre o crescimento econômico e a desigualdade de renda para os estados brasileiros

Aline de Souza Vicente*

■ No Brasil, após os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), houve mudanças na distribuição de renda, devido às políticas públicas implementadas, porém essas mudanças apresentaram um breve resultado na queda da desigualdade de renda. E entre os anos de 2001 e 2014, o crescimento econômico apresentou pouco impacto na redução da desigualdade. Dessa forma, a desigualdade de renda tem sido muito discutida nos mais variados segmentos da sociedade, e a mesma pode ser analisada por meio de diversas variáveis econômicas, como a riqueza inicial, nível educacional, experiência profissional, demografia e a fecundidade. Uma dessas análises é a relação entre a desigualdade de renda e o crescimento econômico.

Dentre os autores que estudaram esta relação destaca-se o trabalho pioneiro de Kuznets, o qual sugere que a desigualdade de renda possui relação com o crescimento econômico – isto é, no primeiro momento ocorre uma associação positiva, em que a desigualdade de renda aumenta com o crescimento econômico. Em um segundo momento, como resultado do avanço da industrialização, há um crescimento da demanda por mão de obra e, por conseguinte, um crescimento dos salários, que resultam em uma associação direta entre o cresci-

mento econômico e a redução da desigualdade de renda. A esta relação denomina-se a Curva de Kuznets. Em outras palavras, primeiro há uma relação crescente entre desigualdade de renda e os estágios iniciais do crescimento econômico; posteriormente, esta relação torna-se decrescente, formando a curva “U invertido”.

Conforme pode ser observado na Figura 1, no Brasil a desigualdade de renda é um problema persistente, visto que o índice de Gini permaneceu em patamar relativamente elevado das décadas de 1970 ao início dos anos 2000. Na década de 1980, o Gini se manteve estável até os fracassos dos planos de estabilização da inflação, o que desencadeou o aumento da desigualdade de renda entre 1988 e 1991. Já a partir da década de 1990, a desigualdade diminuiu de forma contínua até o ano de 2014. Especificamente depois da estabilização da inflação, por meio do Plano Real, em 1994, associado a programas sociais de redistribuição de renda e crescimento do salário mínimo real na década de 2000.

No Brasil o crescimento se deu de forma acelerada até 1980, com o período da ditadura militar que levou ao milagre econômico. A partir da década de 1980, o crescimento ocorreu de forma menos acelerada devido à instabilidade política. Neste período a economia passava pela segunda crise do petróleo em 1979, num contexto inter-

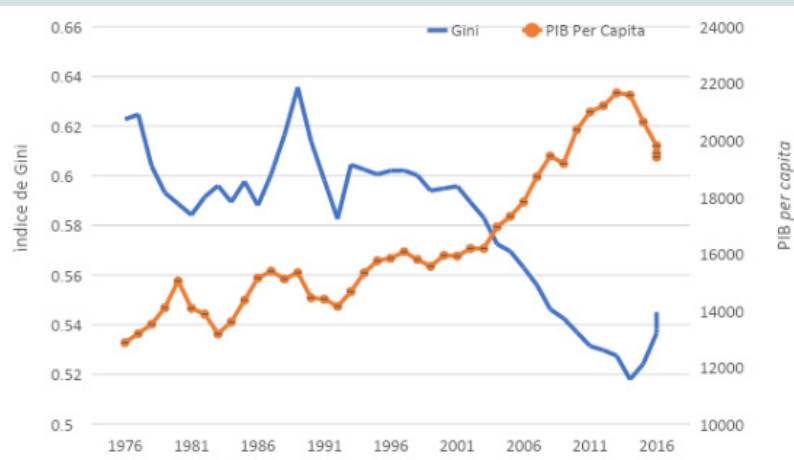


nacional, e a inflação crescia de forma acelerada no país. Apenas em 1994, com o Plano Real, houve a estabilização da economia e a retomada do crescimento econômico, conforme exibido pela Figura 1, que mostra a evolução do PIB *per capita* brasileiro.

A Figura 2 denota a relação entre o PIB *per capita* e a renda média domiciliar *per capita* para o Brasil no período de 1976 a 2014. Conforme pode ser observado, existe uma forte relação entre estas duas variáveis. A partir da Figura 2, é possível estabelecer uma relação entre o crescimento da renda média domiciliar e a redução da desigualdade de renda. Assim, ao se tomar a renda, ou crescimento econômico, em um sentido mais amplo, que inclui tanto o PIB *per capita* como a renda apropriada pelas famílias, é possível observar, em termos de Brasil, que o crescimento econômico esteve associado à queda da desigualdade interpessoal de renda no período analisado.

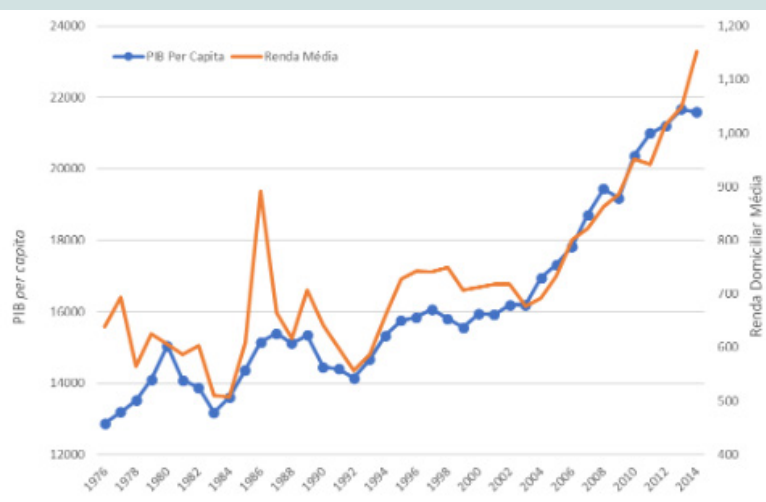
Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivo avaliar a relação entre a desigualdade de renda e o crescimento econômico por meio da curva de Kuznets para os estados brasileiros. Para isso, o trabalho propôs uma metodologia empírica baseada em Bell et al. (2002) e Baltagi et al. (2009) por meio da qual controla-se os efeitos dos atri-

Figura 1 – Evolução da Taxa de Desigualdade, medida pelo Índice de Gini e do PIB Per Capita a Preços de Mercado, em R\$ a preços de 2010. Período de 1976 a 2018.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE (2019).

Figura 2 – Evolução da Renda Domiciliar Per Capita, a preços de 2014, e do PIB Per Capita a Preços de Mercado, em R\$ a preços de 2010. Período de 1976 a 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de IBGE (2019).

butos individuais (como, por exemplo, idade, gênero, educação, experiências, entre outras) em um primeiro estágio de regressão *cross section*. Este procedimento foi realizado com o intuito de reduzir o efeito do viés tecnológico sobre as estimativas da Curva de Kuznets e da desigualdade sobre o crescimento da renda. Por hipótese, o controle dos atributos individuais sobre a renda re-

duz o efeito do viés tecnológico sobre as estimativas. No segundo estágio, utilizou-se dados em painel com o objetivo de avaliar os efeitos agregados entre crescimento da renda e desigualdade para os estados brasileiros. Propõe-se que esta metodologia possa indicar como o progresso tecnológico se relaciona com o crescimento da renda e a desigualdade interpessoal de renda.

Os resultados encontrados sugeriram um *turning point* para o logaritmo neperiano da renda de 18,679 familiar *per capita* bem acima dos valores mínimo e máximo observados para a renda, no qual se pode constatar que a desigualdade de renda ainda tende a crescer até atingir seu *turning point*. Este valor foi resultado do não controle de características da renda *per capita* associado ao viés tecnológico associado aos atributos individuais; neste caso, o efeito médio da renda sobre a desigualdade é positivo, o que significa que o aumento da renda provoca aumento da desigualdade. Dessa forma, pode-se concluir que no período analisado, em que a estimativa da renda sobre a desigualdade não controla o efeito do viés tecnológico, observa-se o crescimento da desigualdade de renda, por conseguinte, uma relação crescente entre a desigualdade de renda e o crescimento econômico.

Em outras palavras, os resultados encontrados para os estados brasileiros entre os anos de 2001 a 2014, considerando a metodologia e a temporalidade utilizada, sugerem que a hipótese de Kuznets está correta, desde que se considere, simultaneamente, o efeito do progresso tecnológico sobre o crescimento econômico e a desigualdade de renda.

No que se refere à relação do efeito da desigualdade sobre a renda, este trabalho sugere que apenas quando o viés tecnológico está controlado, por exemplo, pelo primeiro estágio *cross section* de atributos individuais, observa-se o efeito negativo significativo da desigualdade de renda sobre o crescimento econômico, apontando que quanto menor a desigualdade de renda, maior tende a ser o crescimento econômico no Brasil.

Portanto, uma política para a redução da desigualdade de renda para os estados brasileiros pode estar associada ao crescimento econômico por meio do crescimento da renda *per capita* e incrementos na escolaridade média dos estados.

Orientador:

Prof. Dr. Roberto Salvador Santolin.

* É economista pela UFRRJ e mestranda em Economia na UFV.

Economistas fluminenses elegem conselheiros para triênio 2023/2025

■ Com 487 votos válidos, 46 em branco e 64 nulos, os economistas registrados no Corecon-RJ elegeram os candidatos a conselheiro da chapa Novos Desafios para o triênio 2023/2025. Os eleitos para o 1º terço são Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes e Sidney Pascoutto da Rocha, como conselheiros efetivos, e Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto e Regina Lúcia Gadioli dos Santos, como conselheiros suplentes.

Os economistas aprovaram com 492 votos válidos, 44 em branco e 61 nulos a consulta dos nomes de Marcelo Pereira Fernandes para presidente e José Antonio Lutterbach Soares para vice-presidente. A consulta precisa ser ratificada pelo Plenário do Corecon-RJ.

Na votação, que foi realizada exclusivamente pela internet de 27 a 31 de outubro, os economistas também escolheram José Antonio Lutterbach Soares como delegado-eleitor efetivo e Flávia Vinhaes Santos como delegada-eleitadora suplente.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)			PASSIVO (EM R\$)		
REFERÊNCIAS	ATÉ SET/21	ATÉ SET/22	REFERÊNCIAS	ATÉ SET/21	ATÉ SET/22
ATIVO FINANCEIRO	8.043.381,11	8.773.501,70	PASSIVO FINANCEIRO	391.264,93	459.359,34
DISPONÍVEL	2.597.334,66	2.754.856,01	DÍVIDA FLUTUANTE	75.673,00	174.619,78
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTOS	1.200,00	1.200,00	PESSOAL A PAGAR	-	-
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	3.388.746,96	3.944.241,98	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	53.114,77	45.509,75
RESULTADO PENDENTE	2.056.099,49	2.073.203,71	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	19.066,17	12.634,86
ATIVO PERMANENTE	34.458.968,29	32.771.855,40	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.492,06	6.223,85
BENS PATRIMONIAIS	1.799.552,46	1.792.877,95	VALORES EM TRÂNSITO	-	110.251,32
VALORES	1.117,64	1.117,64	RESULTADO PENDENTE	315.591,93	284.739,56
CRÉDITOS	32.658.298,19	30.977.859,81	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	42.111.084,47	41.085.997,76
TOTAL GERAL	42.502.349,40	41.545.357,10	TOTAL GERAL	42.502.349,40	41.545.357,10

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODO EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIÇÕES	
	JUL A SET/21	JUL A SET/22		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	300.845,65	343.578,72	ANUIDADES	42.733,07	14,2
PATRIMONIAL	29.895,13	83.713,91	PATRIMONIAL	53.818,78	180,0
SERVIÇOS	14.296,79	20.966,80	SERVIÇOS	6.670,01	46,7
MULTAS E JUROS DE MORA	7.546,63	57.410,72	MULTAS E JUROS DE MORA	49.864,09	-
DÍVIDA ATIVA	459.620,74	409.321,65	DÍVIDA ATIVA	(50.299,09)	-10,9
DIVERSAS	117.408,84	31.687,63	DIVERSAS	(85.721,21)	-73,0
TOTAL GERAL	929.613,78	946.679,43	TOTAL GERAL	17.065,65	1,8
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	1.158.843,64	1.200.888,60	DE CUSTEIO	42.044,96	3,6
PESSOAL	645.290,48	669.570,03	PESSOAL	(24.279,55)	-3,6
MATERIAL DE CONSUMO	9.819,23	16.826,33	MATERIAL DE CONSUMO	7.007,10	71,4
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	503.733,93	514.492,24	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	10.758,31	2,1
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	176.987,66	173.605,42	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(3.382,24)	-1,9
DESPESAS DE CAPITAL	8.490,00	-	DESPESAS DE CAPITAL	(8.490,00)	-
TOTAL GERAL	1.344.321,30	1.374.494,02	TOTAL GERAL	30.172,72	2,2
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(414.707,52)	(427.814,59)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(13.107,07)	3,2